

Quanto duram as rosas

Após a entrevista com o secretário do Tesouro norte-americano, o ministro Bresser Pereira informou que havia renunciado a sua proposta de renegociação da dívida externa e que estava disposto a entabular uma negociação em termos convencionais, contando para isso com o apoio do secretário James Baker III, segundo o qual o Brasil não teria de assinar um acordo com o FMI antes de iniciar as conversações com os bancos credores. Vê-se, portanto, que a proposta Bresser teve vida efêmera e durou pouco mais do que as rosas do poeta, que só vivem *l'espace d'un matin...*

Comentando a proposta apresentada em Viena pelo ministro, tínhamos aventado a idéia de que, ao propor sua solução do problema, visivelmente descabida e inaceitável, o ministro Bresser Pereira tivesse sido movido apenas pelo propósito de fazer os credores entenderem que, a fim de resolver o problema da dívida externa do Terceiro Mundo, deveriam conceber uma solução inteiramente nova. Não saberíamos dizer se o ministro seria maquiavélico a ponto de pôr em jogo seu próprio prestígio ou se quis apenas fazer como os que recorrem ao ardil de introduzir o bode na moradia repleta... Teve ele, pelo menos, a virtude de recuar diante da reação quase unânime dos bancos credores. Com efeito, a mera reação destes bastou para demonstrar que o governo brasileiro estava entrando num beco sem saída.

Ao apresentar sua "inventiva" proposta, o ministro da Fazenda cometeu três erros fundamentais. Em primeiro lugar, não poderia, enquanto se sondavam os outros interessados e antes de sentar-se à mesa de negociação, divulgar sua proposta, conferindo-lhe o caráter de imposição. Decerto irá explicar que sua conferência em Viena serviria apenas à apresentação de seu pensamento como economista, e não como ministro da Fazenda. Infelizmente, esqueceu-se de avisar que tinha tornado a envergar seu traje de professor, o que certamente um ministro não deveria fazer, às vésperas de uma renegociação como essa.

O segundo erro foi ter apresentado uma proposta que obrigava os credores a oferecer vantagem igual a todos os países devedores. Desde 1982, fizeram-se inúmeras tentativas de coligar os

países endividados num cartel para enfrentar os bancos. Todas essas tentativas abortaram, porque o governo de cada país devedor entendeu que poderia ser-lhe vantajoso manter uma posição bilateral. Os bancos exploraram esse caminho, reconhecendo não tanto que ficariam debilitados perante um cartel dos devedores, mas considerando que cada país configurava um caso particular, para o qual se deveria conceber uma solução apropriada. Ora, a proposta do governo brasileiro preconizava uma igualização, desinteressante tanto para os credores como para os devedores.

O terceiro erro da proposta estava no fato de envolver uma inovação que atassalhava os princípios do *métier* de banqueiro. A novidade consistia em pretender que o valor de uma dívida não se calcula com base no que consigna o contrato, mas à luz do valor que tem no mercado secundário. Deste modo, incitava-se os devedores a faltar com seus compromissos e concorria-se para reduzir-lhes os débitos. É evidente que tal princípio não poderia ser aceito.

A proposta continha vários outros vícios, mas estes três deveriam bastar para que o governo brasileiro dela desistisse. É pena que o ministro tenha precisado aguardar a reação dos credores e o encontro com o secretário do Tesouro norte-americano para se convencer de que deveria colocar sua proposta na prateleira onde se guardam as idéias barrocas em matéria de finanças.

Nosso ministro teve, pelo menos, a humildade de reconhecer seu erro e de concordar agora em negociar nas bases e termos usuais, deixando sua proposta para a eventualidade de alguns pequenos bancos desejarem expungir seu balanço em troca da transformação de sua dívida em títulos de longo prazo, ou seja, nos chamados *exit bonds*.

Para salvar a face, o ministro Bresser Pereira saiu da entrevista com o representante do governo de Washington declarando que contava com a total anuência ao propósito de não buscar o acordo com o FMI antes de se iniciarem as conversações com os bancos credores. Aliás, o sr. James Baker já havia sustentado esse ponto de vista em janeiro, quando o Brasil pediu uma dilatação para os compromissos assu-

midados com o Clube de Paris. Sabe-se que, pelo menos no que se refere aos bancos norte-americanos (cujo peso no comitê de assessoramento o PMDB pretendia diminuir...), essa exigência não existe, pois eles têm pressa de iniciar as conversações e conjurar o risco de rebaixamento dos créditos brasileiros, que surtiria efeitos negativos sobre sua rentabilidade. Dispondo-se a negociar "como todos os outros", o governo brasileiro certamente conseguiu o apoio do secretário do Tesouro ao adiamento de uma decisão que não apenas afetava os bancos credores, mas representava para o País uma séria ameaça, a saber, a de ficar sem suas linhas de crédito de curto prazo.

Se nosso governo assentiu em dialogar de acordo com as normas bancárias, não quer isto dizer que se deva procurar agora uma renegociação como a que se tentou no passado. Os credores contemplam um fato novo: o Brasil não tem condições de honrar a totalidade de seus compromissos. Novas fórmulas devem ser encontradas em diálogo franco e aberto. Sem dúvida, é necessário obter a redução do *spread* (o que não significa zerá-lo), a suspensão de parte do pagamento de juros (sob forma de *new money*, capitalização de juros ou conversão em capital de risco), a consolidação da dívida a longo prazo e a admissão de uma cláusula de salvaguarda, tanto para os devedores (que poderiam reduzir seus pagamentos em razão de fatores que escapam ao controle) como para os credores (que poderiam exigir maiores pagamentos, à vista de bons resultados no balanço de pagamentos dos devedores).

Mais que tudo, urge entabular o diálogo com espírito de colaboração, não de confrontação. Nosso governo deve reconquistar a confiança dos credores, que ficaram ressentidos com a moratória, com as propostas apresentadas, não a eles, mas à imprensa, e que continuam a duvidar da força política de um ministro tão acerbamente criticado por seu próprio partido. Alguns gestos podem ajudar a derreter o gelo: pagamento simbólico de juros, firme determinação de negociar com o FMI após a conclusão do acordo com os bancos, abertura ao capital estrangeiro. Ainda assim, a negociação será demorada e difícil.